



Índice

- 01 [Governo não irá negociar com índios que ocuparam Belo Monte](#)
- 02 [Índios fazem 40 reféns em Mato Grosso do Sul](#)
- 03 [Fazendeiros dizem que Funai cria índios para 'roubar' terras](#)
- 04 [Agricultores de Marechal vão a Brasília para participar de audiência sobre demarcação de terras](#)
- 05 [Índios Payayá ocupam prédio no CAB](#)
- 06 [Estudantes indígenas participam de semana do calouro na UFPA](#)
- 07 [TCU monitora ações de controle de ingressos em terras indígenas](#)
- 08 [Projetos de proteção ao patrimônio indígena devem ser apresentadas até 14 de junho](#)
- 09 [Butantan alerta sobre riscos da técnica indígena 'vacina-do-sapo'](#)
- 10 ['Ensino de culturas negra e indígena precisa melhorar', diz especialista](#)
- 11 [Folha volta a adiantar possível troca de presidente da Funai](#)
- 12 [MMA abre chamada para Planos de Gestão Ambiental na Amazônia Legal](#)



Governo não irá negociar com índios que ocuparam Belo Monte

SÍTIO PORTAL EBC, 06.05.2013

Brasília - Em nota divulgada hoje (6), a Secretaria-Geral da Presidência da República informou que não irá negociar com índios que ocupam um dos canteiros de obras da Usina Hidrelétrica Belo Monte, no Pará, desde a última quinta-feira (2). A maioria dos manifestantes são da etnia Munduruku.

"Para a Secretaria-Geral, as condições apresentadas pelas autodenominadas lideranças mundurukus são insinceras e inaceitáveis. Só após a retirada dos invasores dos canteiros de Belo Monte iniciaremos um diálogo para estabelecer condições mútuas de negociação, com o acompanhamento do Ministério Público, da imprensa e da sociedade", diz a nota da secretaria, responsável pela articulação do governo com movimentos sociais.

Desde que ocuparam o canteiro de obras, eles disseram que só aceitariam conversar com um representante do governo federal e que não tinham "uma lista de pedidos ou reivindicações específicas" para fazer à Norte Energia, responsável pela instalação e operação da usina, ou ao Consórcio Construtor Belo Monte. Em uma carta divulgada por meio do site do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), organização indigenista vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, os manifestantes cobram a regulamentação do processo de consulta prévia sobre a construção de empreendimentos que afetem populações tradicionais, como os índios, ribeirinhos e quilombolas. Hoje, a Agência Brasil conversou, por telefone, com Waldelírio Manhuary, liderança Munduruku, que reafirmou que seu povo não aceita sequer conversar sobre a proposta de construção de um complexo hidrelétrico no Rio Tapajós.

De acordo com a secretaria, os índios recusaram dois encontros para debater o assunto. "Tal reivindicação causa estranheza. Em sua relação com o governo federal essas pretensas lideranças mundurukus têm feito propostas contraditórias e se conduzido sem a honestidade necessária a qualquer negociação [...] Em fevereiro de 2013, vieram a Brasília e recusaram-se a fazer uma reunião com o ministro Gilberto Carvalho [da Secretaria-Geral], afirmando que o governo iria usar esse encontro para dizer ter feito uma consulta prévia. No dia 25/4, essas mesmas pretensas lideranças deixaram de comparecer a uma reunião que tinham marcado com a Secretaria-Geral em Jacareacanga e publicaram nos sites de seus aliados uma versão mentirosa e distorcida sobre esse fato", diz a nota.

"Agora invadem Belo Monte e dizem que querem consulta prévia e suspensão dos estudos. Isso é impossível. A consulta prévia exige a realização anterior de estudos técnicos qualificados. Se essas autodenominadas lideranças não querem os estudos, como podem querer a consulta? Na verdade, alguns mundurukus não querem nenhum empreendimento em sua região porque estão envolvidos com o garimpo ilegal de ouro no Tapajós e afluentes. Um dos principais porta-vozes dos invasores em Belo Monte é proprietário de seis balsas de garimpo ilegal", acrescenta o texto.

Em novembro de 2012, uma operação policial para desarticular uma organização criminosa que extraía ouro ilegalmente do interior e do entorno das reservas indígenas Kayabi e Munduruku resultou na morte de um munduruku.



Índios fazem 40 reféns em Mato Grosso do Sul

SÍTIO DIÁRIOWEB, 06.05.2013

Funcionários públicos de órgãos federais, estaduais e municipais foram feitos reféns nesta segunda-feira, em Mato Grosso do Sul, por um grupo de aproximadamente 400 índios da etnia guarani-caiuás. Cerca de 40 pessoas, entre elas servidores da Fundação Nacional do Índio (Funai), professores, soldados da Força Nacional de Segurança Pública e policiais militares, foram surpreendidas pela manhã por "guerreiros" de três aldeias, durante a 5.ª Conferência de Saúde Indígenas, na aldeia Porto Lindo, em Japorã, a 470 quilômetros de Campo Grande.

Segundo a Funai, a maior parte dos reféns foi liberada no início da noite e apenas e três funcionários da fundação permaneciam em poder dos índios.

Reivindicações

Os indígenas reivindicam melhorias para a aldeia. De acordo com líderes dos guarani-caiuás, cerca de 3 mil índios vivem em situação precária na região. Eles cobram a instalação de um posto de saúde em Porto Lindo e medidas de segurança para a aldeia.

A Funai solicitou reforços da Força Nacional e da Polícia Militar.



Fazendeiros dizem que Funai cria índios para `roubar` terras

SÍTIO SISTEMA FAEMGE, 06.05.2013

A recente delimitação da reserva indígena Caxixó, nos municípios de Martinho Campos e Pompéu, no Centro-Oeste de Minas, coloca em lados opostos 40 fazendeiros da região e cerca de cem trabalhadores rurais já reconhecidos como indígenas, mas que ainda enfrentam o desafio de resgatar uma cultura que nem mesmo seus antepassados conheciam.

Em 26 de março, a Funai (Fundação Nacional do Índio) delimitou 5.411 hectares como reserva indígena - área equivalente ao tamanho de 19 parques dos Mangabeiras. Para ser oficializada, a reserva precisa da demarcação, por parte do Ministério da Justiça, e homologação da presidente Dilma Rousseff. Se isso ocorrer, os produtores rurais vão perder as terras sem direito a indenização.

Enquanto isso não acontece, fazendeiros que estão prestes a perder suas terras reclamam que nunca houve índio na região e que o reconhecimento como tribo é uma opção dos moradores do povoado, conhecido como Capão do Zezinho, para conseguir o terreno. "Se eles são índios, os avôs deles morreram sem saber que eram. Convivi com eles e, quando criança, brincava com os que, hoje, consideram-se índios. Naquela época, não se falava de caxixó", diz Álvaro Campos, um dos proprietários da fazenda São José, que está na área da reserva.

O mesmo entendimento tem o prefeito de Pompéu, Joaquim Reis (PPS). "A Funai fabricou essa tribo. Tenho 49 anos de cidade e nunca se falou de índio aqui. Sou totalmente a favor da demarcação de terra indígena, mas onde existe índio", afirmou.

O cacique da tribo, Glayson Caxixó, nega que o reconhecimento indígena seja apenas uma estratégia para conseguir terras. Ele argumenta que os costumes dos caxixós foram se perdendo com o tempo, em função da dominação dos fazendeiros. "Os brancos não deixaram preservar a cultura indígena e isso se perdeu, mesmo na cultura oral. Agora, a gente tenta resgatar nossa história", afirma o líder indígena, ressaltando a existência de 15 sítios arqueológicos que comprovariam a presença dos caxixós no local.

Resistência

Apesar do reconhecimento da tribo em 2001, pela Funai, a população de Pompéu e de Martinho Campos reforça o coro dos fazendeiros afetados e ainda não reconhece o povo do Capão do Zezinho como indígena. Há indisposição com a denominação inclusive entre os próprios moradores da aldeia. A reportagem de O TEMPO visitou o local e, enquanto conversava com o cacique Glayson, uma moradora da comunidade comentou da janela de casa: "Está na hora de acabar com essa palhaçada", disse, referindo-se à luta pela demarcação das terras. Um outro senhor, também morador do local, intrometeu-se na conversa: "Dizem que a gente é índio, mas nunca teve índio aqui não", disse Altino Costa.

CONT.



As características da comunidade lembram pouco uma aldeia indígena. As casas são de alvenaria com eletrodomésticos modernos, carros e motos nas garagens. Porém, a falta de características indígenas tradicionais não necessariamente evita o reconhecimento da tribo. Segundo a teoria da transfiguração étnica, de um dos maiores antropólogos brasileiros, Darcy Ribeiro, mesmo incluído na cultura do homem branco, o sentimento de pertencer a um povo específico é um dos sinais da sobrevivência do índio.

Uma das críticas no caso dos caxixós é que esse reconhecimento não foi algo natural, mas produzido a partir da década de 80 pelo cacique Djalma, primeiro a falar da tribo na comunidade, que, até então, desconhecia a descendência indígena. Antes de morrer, em 2011, ele conseguiu o reconhecimento da tribo pela Funai em 2001, o que garantiu a construção de um posto de saúde e de uma escola no local.

Preocupação

Desde o reconhecimento da tribo, as noites de sono do produtor rural José Maria da Costa, 67, têm sido mais curtas. O único bem que ele tem é a fazenda de 190 hectares. O fazendeiro diz que nunca morou na cidade e que depende da renda do leite. "A gente acorda e vai dormir pensando nesse problema. Não tenho condições de viver fora daqui. Só saio morto", afirma o fazendeiro, que mora na fazenda com a mulher e o único filho.



Agricultores de Marechal vão a Brasília para participar de audiência sobre demarcação de terras

SÍTIO AQUIAGORAL.NET, 06.05.2013

58 agricultores rondonenses irão para Brasília a fim de participar de uma mobilização de nível nacional em prol da reivindicação e demonstração da revolta dos produtores rurais com relação a demarcação de terras aos indígenas.

Segundo o presidente do Sindicato Rural Patronal de Marechal Cândido Rondon, Valdemar Kaiser, a situação tem preocupado os agricultores que não querem perder suas terras. "Já foram realizadas mobilizações aqui em Marechal Rondon e desta vez vamos adiante. Queremos uma solução. Os produtores que trabalharam muito para conquistar sua propriedade a qual já habitam há anos não querem perder suas terras. Outra preocupação é em torno da produtividade e da renda, isso porque o espaço aqui é utilizado para a produção. Se não for utilizado para a produção todos irão sair perdendo", disse. "Os produtores que estão em viagem irão visitar os gabinetes dos deputados para repassar as reivindicações do oeste do Paraná", completou.

A Audiência Pública em Brasília é convocada pela Comissão de Agricultura e está prevista para acontecer na quarta-feira (08), às 10 horas na Câmara.

Além de Marechal Cândido Rondon, produtores de Toledo, Guaíra, Terra Roxa e demais municípios da região estão se deslocando até Brasília.

No mês passado, a cidade rondonense foi palco de um grande evento que reuniu autoridades municipais, estaduais e nacionais. No dia, aconteceu a aprovação de uma carta aberta, que manifesta a preocupação com a situação. O documento leva a assinatura de todos os presentes e será divulgada em diversas frentes. A objetivo é sensibilizar a sociedade brasileira sobre o risco que correm os agricultores da região, uma das mais produtivas do mundo.

Índios Payayá ocupam prédio no CAB
SÍTIO A TARDE, 06.05.2013



Índios querem conversar com o governo sobre promessas que não foram cumpridas

Cerca de 150 índios Payayá da aldeia da Chapada Diamantina ocuparam nesta segunda-feira, 6, o prédio da antiga Secretaria de Educação do Estado, no Centro Administrativo da Bahia (CAB), em Salvador. O grupo tenta audiência com o governador Jaques Wagner para tratar de reivindicações antigas do povo indígena.

"A gente veio para Salvador para ter contato com as autoridades e cobrar promessas que foram feitas ao povo indígena e ainda não foram cumpridas. Temos reivindicações em 14 secretarias. Queremos que o governador nos atenda e que cada secretário coloque na mesa o que será atendido de imediato e o que não será. Só vamos sair daqui com essas respostas", disse o cacique Juvenal Payayá.

De acordo com ele, entre os pedidos estão construção de estradas e de escolas nas aldeias, concurso público para professores indígenas e conclusão de obras que não foram finalizadas. "É um leque de reivindicações de coisas que estão dificultando a vida e a sobrevivência dos povos indígenas".

Falta de estrutura - O salão ocupado pelos indígenas no CAB estava desativado. O grupo não trouxe estrutura para se manter. De acordo com o cacique, alguns índios, incluindo mulheres e crianças, trouxeram apenas colchões. "Esperamos que alguém possa nos ajudar. Por enquanto, só comemos pão e refrigerante que foram doados. Só trouxemos nosso canto, dança e vontade", disse o cacique.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 075 / 2013

Brasília, 07 de maio de 2013.

De acordo com o líder indígena, a pauta de reivindicação foi entregue na Secretaria de Relações Institucionais (Serin). De acordo com a assessoria do órgão, o secretário de Relações Institucionais, Paulo César Lisboa, vai se reunir na tarde desta segunda, às 15 horas, com lideranças indígenas na Fundação Luís Eduardo Magalhães. No encontro, será feito um balanço do que já foi feito pelo governo e das pendências. Não está prevista a presença do governador.



Boletim de Notícias - Edição nº 075 / 2013

Brasília, 07 de maio de 2013.

Estudantes indígenas participam de semana do calouro na UFPA

SÍTIO GLOBO.COM, 06.05.2013

*Programação especial é realizada de 7 a 9 de maio.
Atualmente, universidade tem 196 alunos indígenas.*

Uma série de atividades especiais foi programada para receber os indígenas aprovados no último processo seletivo da Universidade Federal do Pará (UFPA). A "Semana do Calouro Indígena" começa nesta terça-feira (7), e vai até o próximo dia 9 de maio.

O objetivo da programação é promover a interação entre os calouros e a comunidade acadêmica. Serão realizadas palestras e discussões sobre temas diversos, e lideranças indígenas do Pará vão participar da programação. Entre os assuntos debatidos estão temas como políticas afirmativas, perspectivas e desafios da presença indígena na universidade. Também estão programados um passeio turístico e uma apresentação cultural.

"É importante destacar que o evento será a possibilidade da comunidade acadêmica conhecer e compreender melhor assuntos relacionados à diversidade, pois proporcionará discussões sobre questões que se referem aos povos indígenas, superando relações históricas de exclusão pelo preconceito e discriminação", explica o presidente da Associação dos Povos Indígenas Estudantes na Universidade Federal do Pará, Edimar Fernandes.

Segundo a UFPA, desde que o sistema de cotas específicas para estudantes indígenas foi implantado na instituição, em 2010, 196 indígenas foram aprovados nos processos seletivos. Atualmente, são 196 estudantes com origem indígena matriculados na universidade. Os cursos mais procurados e que receberam maior número de alunos indígenas são: Agronomia, Engenharia Florestal, Etnodesenvolvimento, Medicina e Pedagogia.

Serviço

A II "Semana do Calouro Indígena" será realizada de 7 a 9 de maio, a partir de 8h, no Ginásio de Esportes, Auditório Setorial Básico II e Auditório do ICB, na UFPA.



TCU monitora ações de controle de ingressos em terras indígenas

SÍTIO O RIO BRANCO, 06.05.2013

A fiscalização teve por objetivo avaliar as ações referentes ao controle

O Tribunal de Contas da União (TCU) monitorou o cumprimento de determinações e recomendações feitas a órgãos federais após realizar auditoria operacional nas ações de controle de ingressos em terras indígenas. O TCU constatou que 50% das recomendações foram implementadas e decidiu manter o monitoramento até que todos os itens sejam cumpridos, ou, caso sejam inviáveis, devidamente justificados.

A fiscalização teve por objetivo avaliar as ações referentes ao controle e à concessão de autorização para atuação de colaboradores, pesquisadores, Organizações Não Governamentais (ONGs), missões religiosas e outros agentes em contato com as populações indígenas.

O TCU verificou que a falta de articulação dos órgãos oficiais comprometem o acompanhamento de agentes em contato com as populações indígenas e a vigilância do patrimônio. Além disso, as condições institucionais desfavoráveis da Fundação Nacional do Índio (Funai) vêm prejudicando sua atuação em terras indígenas, seja no acompanhamento de ações próprias ou provenientes de instituições públicas, civis e das próprias comunidades indígenas. As deficiências na capacidade operacional e de gestão do órgão dificultam a implementação de sistemas de controle.

O monitoramento do tribunal revelou que os principais avanços ocorreram na reestruturação da Funai e na sua articulação com órgãos como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a Polícia Federal e o Exército, para o planejamento e a execução de ações de fiscalização em terras indígenas.

O TCU também observou que os pontos que menos avançaram desde a conclusão da auditoria foram a criação de diretrizes e regras para o acesso e o acompanhamento de ingressos em terras indígenas e os procedimentos formais de consulta aos povos indígenas.

No monitoramento, o TCU verificou que 50% das recomendações foram implementadas, 19% estão em fase de implementação, 8% foram parcialmente implementadas e 23% não foram implementadas.

Dos três grupos principais do monitoramento, o de "Fiscalização e controle de acesso" teve apenas três itens considerados implementados. Outros três foram considerados parcialmente implementados e cinco, não implementados. Segundo o relator do processo, ministro-substituto Augusto Sherman Cavalcanti, "apenas 27% das fragilidades detectadas relacionadas à fiscalização e controle de acesso foram mitigadas pela Funai, remanescendo ainda grandes vulnerabilidades no tocante às ações de controle de ingressos em terras indígenas".

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 075 / 2013

Brasília, 07 de maio de 2013.

Com intuito de dar conhecimento aos órgãos afetos à questão, bem como subsídio para adoção das ações necessárias à implementação das determinações e recomendações, cópias da deliberação do TCU foram encaminhadas à Casa Civil da Presidência da República, à Funai, ao Ministério da Justiça, ao Departamento de Polícia Federal, ao Ministério do Meio Ambiente, ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e ao Ibama.



Projetos de proteção ao patrimônio indígena devem ser apresentadas até 14 de junho
SÍTIO BRASIL.GOV, 06.05.2013

Projetos devem ter foco na valorização do patrimônio material e imaterial indígena, recuperação, conservação e uso sustentável dos recursos naturais da Amazônia Legal

O Ministério do Meio Ambiente recebe, até o dia 14 de junho, propostas de projetos para elaboração dos Planos de Gestão Ambiental (PGTAs) em terras indígenas da Amazônia Legal. O valor total da chamada pública é de R\$ 4 milhões e o valor máximo a ser solicitado é de R\$ 400 mil para cada projeto, que deve ter seu prazo máximo de execução estabelecido em 12 meses. O resultado está previsto para ser divulgado em 28 de junho.

Os Planos são instrumentos de planejamento que visam a valorização do patrimônio material e imaterial indígena, recuperação, conservação e uso sustentável dos recursos naturais, assegurando a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural dos povos indígenas.

A Fundação Nacional do Índio (Funai) contribuiu para a elaboração do edital, definindo junto com o Ministério do Meio Ambiente seu conteúdo, formato e critérios. A meta do Plano Plurianual (PPA) 2012-2015 da Funai é de implementar 51 Planos de Gestão Ambiental em terras indígenas, de forma compartilhada com o Ministério.



Projetos devem ter foco na valorização do patrimônio material e imaterial indígena, recuperação, conservação e uso sustentável dos recursos naturais da Amazônia Legal

Propostas

Podem ser apresentados projetos com foco em diferentes etapas de formulação de Planos de Gestão Territorial Ambiental em terras indígenas, como diagnósticos socioambientais, atualização de planos já existentes ou a construção de um plano como um todo. Ou seja, poderão ser apoiados projetos que estejam direcionados apenas a uma das etapas de construção de um PGTA, levando em conta aspectos como: as informações já acumuladas e sistematizadas, dimensão da terra indígena, número de aldeias, vulnerabilidade do território, tempo de execução do projeto. As terras indígenas precisam estar demarcadas ou pelo menos com sua portaria declaratória publicada.

A recomendação é que os projetos contemplem, também, ações de capacitação e formação de colaboradores indígenas, eventualmente denominados agentes ambientais, gestores ambientais, agentes agroflorestais, agentes de manejo, pesquisadores indígenas, entre outros.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 075 / 2013

Brasília, 07 de maio de 2013.

As instituições candidatas devem, obrigatoriamente, comprovar os acordos prévios com as comunidades para execução das atividades e, preferencialmente, devem possuir experiência de trabalho em projetos socioambientais nas terras indígenas apoiadas. "Todo o processo é necessariamente participativo e as comunidades indígenas devem participar ativamente de todas as fases de execução do projeto, desde o seu planejamento", finaliza o representante dos Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas do MMA.

Mais informações sobre Planos de Gestão Territorial Ambiental podem ser obtidas nos telefones (61) 2028-1651 e 2028-1480, ou por e-mail: pdpi@mma.gov.br.

Amazônia Legal

A Amazônia Legal é uma área que corresponde a 59% do território brasileiro e engloba a totalidade de oito estados - Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins -, além de parte do estado do Maranhão. Nela, residem 56% da população indígena brasileira.

O conceito de Amazônia Legal foi instituído em 1953. Seus limites territoriais decorrem da necessidade de planejar o desenvolvimento econômico da região e, por isso, não se resumem ao ecossistema de selva úmida, que ocupa 49% do território nacional e se estende também pelo território de oito países vizinhos. Os limites da Amazônia Legal foram alterados várias vezes em consequência de mudanças na divisão política do País. O Plano Amazônia Sustentável (PAS), lançado em maio de 2011 pelo governo federal, considera integralmente o estado do Maranhão como parte da Amazônia Brasileira.

Butantan alerta sobre riscos da técnica indígena 'vacina-do-sapo'

SÍTIO GARÇA ON LINE, 06.05.2013

Instituição recomenda cautela enquanto não existirem estudos comprobatórios sobre a eficácia da técnica



O Instituto Butantan alerta sobre os riscos da "vacina-do-sapo", técnica de origem indígena largamente utilizada pelos índios da Amazônia brasileira e peruana para a cura de doenças como câncer e depressão. O diretor do laboratório de biologia celular do Butantan, Carlos Jared, destaca que não há estudos que confirmem a eficácia total do veneno da perereca-verde *Phyllomedusa* bicolor, popularmente conhecida como kambô.

A secreção que o animal libera é um veneno com centenas de componentes. "Há várias contraindicações, que seriam as substâncias da glândula do veneno do animal e que podem causar vômitos, diarreia, taquicardia, sudorese e alterações de pressão, entre outros sintomas", afirma Jared. Para o especialista, a presença comprovada de opioides, produzidos

por glândulas de veneno do animal, pode levar a uma momentânea sensação de bem-estar, que vem se popularizando no Brasil e no mundo. Ele explica que uma série de outros componentes podem ser encontrados na substância, mas que a maioria deles tem função desconhecida pela ciência.

As reações são variáveis e enquanto não existirem estudos comprobatórios sobre a sua eficácia, é necessário ter cautela. "A tendência da pesquisa científica atual é passar esse veneno por um processo de separação bioquímica, a fim de identificar somente a parte farmacologicamente ativa, que poderia servir como terapêutica alternativa. É um trabalho difícil, que demanda muito tempo e esforço", salienta Jared.



'Ensino de culturas negra e indígena precisa melhorar', diz especialista

SÍTIO O DIA, 06.05.2013

Rio - Especializada no estudo de relações étnico-raciais, a jornalista Rosiane Rodrigues diz que está lenta a aplicação da legislação federal que obriga a inclusão do ensino da história das culturas afro-brasileira e indígena no currículo das escolas. O tema é abordado no livro “Nós do Brasil”, que ela lança amanhã, às 19h, no Cefet-Maracanã.

— Como a sra. avalia a aplicação dessas leis?

— Há muito que melhorar. Muitos professores não aplicam o conteúdo porque não têm acesso a livros sobre os temas. Além disso, profissionais mais capacitados não estão nas escolas, mas nas universidades fazendo pesquisas. Quem estuda a aplicação dessas leis defende que as secretarias de educação devem propor uma capacitação dos docentes a respeito da África e dos índios do Brasil.

— Qual o efeito disso na educação dos jovens?

— Há um contingente de crianças negras, judias, muçulmanas e ciganas que não se reconhecem nos livros didáticos. É muito sério quando um adolescente acha que o islamismo é sinônimo de terrorismo, ou quando ele acredita que quem frequenta terreiro de candomblé está com o demônio no corpo. Vemos um crescimento preocupante do radicalismo, do fundamentalismo religioso, do racismo. É importante mostrar que ser diferente não é ser desigual.

— Essa é a proposta do seu livro?

— Sim, busquei o material que vem sendo produzido por especialistas de ponta e o traduzi de forma lúdica, com músicas, mapas e gravuras para os jovens



Folha volta a adiantar possível troca de presidente da Funai

SÍTIO NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 06.05.2013

Nesta quarta-feira (8), acontece a audiência pública com a ministra chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, com a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural para tratar das novas demarcações de terras indígenas.

A ministra foi convocada por um requerimento extra pauta e, de acordo com a coluna Painei da Folha de São Paulo desse domingo (5), Gleisi deverá aproveitar o depoimento que fará para criticar a postura da Funai (Fundação Nacional do Índio) na questão dessas novas demarcações.

Além disso, o jornal voltou a adiantar uma possível troca de liderança na entidade, indicando qual será a diretriz da Funai após a troca de seu presidente, além de mostrar que a Funai não é majoritária no governo.

Na Agência Câmara: Ministra da Casa Civil virá à Câmara esclarecer demarcação de terras indígenas

A ministra-chefe da Casa Civil, Gleise Hoffmann virá à Câmara na próxima quarta-feira (8) para prestar esclarecimentos sobre os processos de demarcação de terras indígenas.

Como a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural aprovou a convocação e não convite, a ministra é obrigada a comparecer.

O deputado Luiz Carlos Heinze (PP-RS), um dos que solicitou o debate, diz que os conflitos entre indígenas e produtores rurais têm aumentado muito no Brasil nos últimos anos.

Segundo os produtores rurais, os processos de demarcação estão sendo realizados sem que os produtores e os municípios tenham acesso às informações.

Hoje, a demarcação depende do laudo antropológico da Fundação Nacional do Índio (Funai) e da manifestação dos envolvidos - estados, municípios, produtores e índios - mas, a decisão final é dada pelo Poder Executivo.

Heinze reclama que os produtores estão sofrendo com a pressão da Funai que, segundo eles, ao longo dos anos vem retirando dos produtores milhares de hectares para serem transformados em reservas indígenas. "Estamos denunciando laudos antropológicos fraudulentos. Estamos denunciando áreas da Funai que estão sendo arrendadas para o plantio de lavouras, sendo hoje exploradas com diamantes por exemplo, como é o caso de Rondônia. São várias as situações irregulares e a Funai continua nesse processo, nessa voracidade."

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil tem hoje cerca de 740 mil indígenas divididos em mais de 200 etnias.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 075 / 2013

Brasília, 07 de maio de 2013.

Também solicitaram o debate os deputados Duarte Nogueira (PSDB-SP), Valdir Colatto (PMDB-SC) e Domingos Sávio (PSDB-MG)

Manifestação

Luiz Carlos Heinze informou que os produtores estarão em Brasília na quarta-feira para pressionar o governo a reeditar a Portaria 303/12 da Advocacia Geral da União que determina que os trâmites para demarcação de novas reservas indígenas siga os moldes da demarcação da Reserva Raposa Serra do Sol.

A reunião será realizada às 10 horas, no Plenário 6.

MMA abre chamada para Planos de Gestão Ambiental na Amazônia Legal

SÍTIO O PROGRESSO, 06.05.2013

A chamada tem valor total de R\$ 4 milhões e o valor máximo a ser solicitado como apoio será de R\$ 400 mil para cada projeto



Comunidades devem participar de todas as fases dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental (Foto : Paulo Araújo - MMA)

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) recebe, desde o dia 30 de abril, projetos para elaboração de Planos de Gestão Territorial Ambiental (PGTAs) em terras indígenas da Amazônia Legal. As propostas à chamada pública podem ser apresentadas até 14 de junho e o resultado está previsto para ser divulgado em 28 de junho. A chamada tem valor total de R\$ 4 milhões e o valor máximo a ser solicitado como apoio será de R\$ 400 mil para cada projeto. As propostas a serem apoiadas pelo edital deverão ter seu prazo máximo de execução estabelecido em 12 meses.

“Os PGTAs são instrumentos de planejamento dos povos indígenas sobre seu território e surgem como resultado de experiências baseadas no diálogo intercultural entre os conhecimentos indígenas e ocidentais sobre a gestão do território, e possuem caráter dinâmico, por estarem sujeitos a revisões periódicas”, explica o secretário-técnico de Projetos Demonstrativos de Povos Indígenas do Ministério do Meio Ambiente, Jânio Oliveira Coutinho.

Coutinho destaca que os projetos apoiados pelo MMA têm por objetivo a proteção do patrimônio material indígena. Também estão previstos a recuperação, conservação e uso sustentável dos recursos naturais, assegurando a melhoria da qualidade de vida e as condições

CONT.



plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações. “Os Planos de Gestão devem expressar o protagonismo, a autonomia e a autodeterminação indígena na negociação e estabelecimento de acordos internos e externos, que permitam o fortalecimento da proteção e do controle territorial indígena”.

Propostas

Podem ser apresentados projetos com foco em diferentes etapas de formulação de Planos de Gestão Territorial Ambiental em terras indígenas, como diagnósticos socioambientais, atualização de planos já existentes ou a construção de um plano como um todo.

Ou seja, poderão ser apoiados projetos que estejam direcionados apenas a uma das etapas de construção de um PGTA, levando em conta aspectos como: as informações já acumuladas e sistematizadas, dimensão da terra indígena, número de aldeias, vulnerabilidade do território, tempo de execução do projeto. As terras indígenas precisam estar demarcadas ou pelo menos com sua portaria declaratória publicada.

A recomendação é que os projetos contemplem, também, ações de capacitação e formação de colaboradores indígenas, eventualmente denominados agentes ambientais, gestores ambientais, agentes agroflorestais, agentes de manejo, pesquisadores indígenas, entre outros. “Entendemos que a formação e a participação desses agentes indígenas são fundamentais tanto para a elaboração como para a implementação dos PGTA, já que muitas vezes são as pessoas responsáveis também por sua execução e monitoramento”, ressalta Jânio Coutinho.

As instituições candidatas devem obrigatoriamente comprovar os acordos prévios com as comunidades para execução das atividades e preferencialmente devem possuir experiência de trabalho em projetos socioambientais nas terras indígenas apoiadas. “Todo o processo é necessariamente participativo e as comunidades indígenas devem participar ativamente de todas as fases de execução do projeto, desde o seu planejamento”, finaliza o representante dos Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas do MMA.